

Da *Nuestra América* à dissolução das democracias: o labirinto histórico latino-americano em questão Entrevista com o Prof. Carlos Eduardo Martins¹

Cairo de Souza Barbosa*
Gabriel Felipe Oliveira de Mello**

Cairo de Souza Barbosa e Gabriel Mello: Primeiramente, gostaríamos de começar agradecendo ao senhor pela disponibilidade em conceder-nos essa entrevista. Nossa primeira indagação é com relação à sua trajetória intelectual. Quando e por que escolheu o campo das humanidades?

Carlos Eduardo Martins: Eu entrei na PUC-Rio, em 1984, para fazer Sociologia e Política em um momento de luta pela redemocratização do país, que teve um marco importante, no Rio de Janeiro, em 1982, com a eleição do Brizola, e, em 1984, com os comícios pelas eleições diretas. A redemocratização se concretiza em 1988 com a promulgação de uma nova constituição, que trouxe expressivos avanços sociais, e a realização de eleições diretas em 1989. Todo este cenário vai impactar minha formação acadêmica inicial na PUC-Rio que ocorre no Departamento de Sociologia e Política que tinha forte ênfase marxista. Fui aluno de Theotônio dos Santos, que teve uma influência muito grande na minha formação e que me trouxe o contato com a problemática do Brasil, inscrita na perspectiva de sua inserção na América Latina e no mundo. A partir dele tive contato com a perspectiva da teoria da dependência e com vários autores que haviam se radicado no Rio de Janeiro, como Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra. Fui aluno, também, de outros marxistas como Leandro Konder, José Nilo Tavares, Gisálio Cerqueira Filho, Luiz Gonzaga de Souza Lima, Cristina Parahyba, discípula de Miriam Limoeiro Cardoso, e Ricardo Máximo, que nos trouxe leituras sobre Mariátegui e Escola de Frankfurt. Este ambiente inicial, onde se

¹ Entrevista com o prof. Carlos Eduardo Martins realizada no dia 10-03-2016, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (IFCS/UFRJ). Carlos Eduardo Martins é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2003). Atualmente é Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da UFRJ, Professor do Quadro Permanente do PEPI/UFRJ (Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional), Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-hegemonia (LEHC) e Coordenador/Pesquisador do GT sobre Integração Regional de CLACSO de 2011-2016.

* Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: cairosbarbarbosa@gmail.com.

** Graduando em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista PROEALC/UERJ. E-mail: gabrielfelipemello@yahoo.com.br.

descortinou um amplo cenário cujo contato era negado à juventude pela ditadura e pela cultura das classes médias altas, foi muito decisivo.

Depois, fui fazer mestrado, a partir de 1991, na EBAP, a Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde eu fui estudar, basicamente, as políticas de ciência e tecnologia na América Latina, especialmente no período da transição do nacional-desenvolvimentismo associado ao neoliberalismo. Na EBAP havia um corpo docente que participou da organização do programa de treinamento de recursos humanos que Theotônio ofereceu na FESP (Faculdade Escola de Serviço Público do Estado do Rio de Janeiro) durante a gestão de Brizola, através de um acordo com a FGV. Nesta equipe estava Paulo Emilio Matos Martins, que veio a ser meu orientador de mestrado, muito sensível à importância de Guerreiro Ramos, cuja presença ainda se fazia importante na EBAP da época. Além disso, nessa época pude cursar várias cadeiras fora da EBAP, sobretudo no Instituto de Economia da UFRJ, que internalizava como créditos externos ou simplesmente assistia de ouvinte. E passei a conhecer o pensamento neoschumpeteriano, de Giovanni Dosi, Carlota Perez, Christopher Freeman, através de professores como Fábio Erber, e a escola regulacionista francesa, de Benjamin Coriat, Michel Aglietta, Robert Boyer, através principalmente de Jose Ricardo Tauille, inspirador do LEMA (Laboratório de Estudos Marxistas, que permanece ativo na UFRJ). Destaco ainda as aulas que tive com José Luis Fiori, que iniciava seu enfoque sobre o poder e o dinheiro, a partir das análises de Maria da Conceição Tavares sobre a hegemonia estadunidense. Pude integrar criticamente estas diversas perspectivas à pretensão de desenvolver um pensamento em torno da economia política marxista, fortemente influenciada pelo enfoque marxista da teoria da dependência. Para isso foram decisivas duas experiências que tive neste período: a orientação nas leituras de O Capital, com Ruy Mauro Marini, que aposentado na UnB, antes de se fixar no CELA, do México, me recebeu em sua casa, em intervalos de 40 dias, onde em sessões de não menos de 4 ou 5 horas debatia comigo capítulos que selecionava para minha exposição inicial, a partir do que fazia grandes comentários relacionando-os com a conjuntura contemporânea; e o estreitamento dos vínculos com Theotônio dos Santos, com quem aprofundava meus estudos sobre a revolução científico-técnica, a partir da bibliografia de ponta sobre a questão tecnológica produzida no Technology Economy Programme da OECD, que trouxe de sua estância de 2 anos na Europa e no Japão.

No doutorado, na Sociologia da USP, fui orientado por Sedi Hirano, que havia sido assistente direto do Florestan Fernandes e de Octávio Ianni. Em minha tese, seguindo sugestão de Theotônio dos Santos, com quem trabalhei sistematicamente na Cátedra Unesco sobre Globalização e desenvolvimento Sustentável e organizei dois grandes seminários internacionais, fiz um esforço para aproximar a Teoria da Dependência da Teoria do Sistema-Mundo (especialmente o pensamento de

Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein, Beverly Silver) buscando avançar na construção de uma teoria marxista do sistema-mundial. Este esforço vai resultar na minha tese, reelaborada para a publicação do meu livro, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, pela Boitempo, que busca entender as grandes linhas da conjuntura mundial contemporânea marcada pela crise civilizatória do capitalismo, pela crise de hegemonia do poder estadunidense e atlantista e por um ciclo longo de expansão que se inicia em 1994 e deve se esgotar nesta década. Para isso aproximo categorias de temporalidade do pensamento braudeliano e marxista buscando analisar a longa duração contemporânea, suas inflexões cíclicas e suas encruzilhadas de poder. Tomo o conceito de Moderno Sistema Mundial, de Wallerstein, mas compreendendo a evolução de suas estruturas a partir de categorias marxistas, como as de acumulação primitiva, onde este foi dirigido num primeiro período pelo capital comercial, capital financeiro, capital usurário; a de revolução industrial que num segundo momento redefine as relações de poder da econômica política deste sistema mundo, e permite ao capital industrial protagonizar o processo; e a de revolução científico-técnica, que abre uma crise estrutural e uma era revolucionária no moderno sistema mundial, tal como definida por Marx, no Prefácio à *Contribuição da crítica economia política*, onde uma nova estrutura de forças produtivas entra em contradição com as relações de produção do capitalismo, em particular, com suas relações de propriedade. Para Marx a ciência é uma força produtiva revolucionária, pós-capitalista, e traz contradições decisivas para o funcionamento do capitalismo e sua estrutura, o moderno sistema mundial. Tenho me debruçado sobre isso: entender como o processo de acumulação capitalista sofre mudanças significativas para tentar incorporar a revolução científico-técnica ao seu funcionamento. A questão da financeirização do capital, por exemplo, estaria muito ligada a esse período, onde o capital encontra dificuldades de realizar a subsunção real sobre a força de trabalho no processo produtivo. Marx dividia o processo de hegemonia do capital sobre o trabalho em dois momentos: o da subsunção formal, onde o despotismo tem um papel importante para a extração da mais-valia; mas há um segundo momento, o da subsunção real, onde o próprio funcionamento das forças produtivas atua favorecendo a elevação da taxa de mais-valia. O período de revolução científico-técnica abre uma crise da subsunção real do trabalho ao capital, e uma das formas de o capital mantê-la sob controle é deslocando uma parte significativa do seu processo de acumulação do mundo da produção para o mundo das finanças, através do capitalismo monopolista de estado, que vai atuar não mais para gerar políticas de crescimento de tipo keynesiano, mas pra sustentar a formação de lucros extraordinários através de uma dívida pública que funciona não a favor do emprego, mas contra o emprego; que funciona não a favor da produtividade do crescimento econômico, mas contra ele.

Então, essa é uma problemática que eu tenho analisado, buscando entender a inserção da América Latina seja como região que sofre este processo de acumulação, seja como uma região que pode servir para à construção de uma outra geopolítica alternativa, pensando aí a América Latina como um pilar importante da emergência dos chamados Caminhos do Sul, de uma nova aliança do sul, que colocaria em questão para as próximas décadas, a meu ver, um outro tipo de geopolítica, centrada mais nos países de dimensões continentais, que possuem grandes mercados internos a serem explorados e que só podem ser explorados e desenvolvidos através de uma política anticapitalista que entra em contradição com as altas taxas de lucro extraordinário, colocando um desafio importante à geopolítica do capital, centrada historicamente nas potências marítimas da Europa do Norte, na Europa Ocidental e nos EUA contra as grandes potências territoriais ou espaços da periferia, para quem desenharam uma política de orientação para mercados externos em detrimento da formação e expansão de seus mercados internos.

Cairo de Souza Barbosa e Gabriel Mello: Com relação a essa questão da redefinição da geopolítica mundial que você citou, o momento da atual América Latina, então, parece encontrar uma inflexão importante, em que os chamados “governos progressistas” de esquerda têm se desintegrado, hoje mais via legislativo ou “golpe brando”², como aconteceu no Paraguai. Então, nesse momento, o senhor acha que há uma reconfiguração desta maneira imperialista de intervenção?

Carlos Eduardo: Estamos em uma conjuntura de decadência da civilização capitalista e de crise da hegemonia norte-americana e das velhas potências atlantistas. Isso se manifesta numa série de problemas que esses países ocidentais estão vivendo, tais como crises econômica, baixo crescimento, endividamento público, aumento da desigualdade social, crise do bipartidarismo, que sempre funcionou nesses países, mas que hoje começa a entrar em crise. Isso não significa que o atlantismo e os EUA não tenham capacidade de reação. Há uma enorme capacidade potencial dos EUA de desestabilizar políticas contra-hegemônicas e é isso que estamos vivenciando agora na América Latina. A crise da esquerda na América Latina deve ser analisada tanto em seus aspectos internacionais, onde entram as políticas de desestabilização norte-americanas, quanto em seus aspectos internos. No âmbito internacional, o mais importante é a geopolítica da derrubada dos preços do petróleo que os EUA vêm fortalecendo através

² O século XX tem sido marcado pela tentativa de derrubada de governos eleitos nas urnas na América Latina. Até o momento da realização desta entrevista, o caso mais emblemático era o da deposição de Fernando Lugo, presidente paraguaio, em 2002. Até a publicação efetiva, contudo, esse quadro foi incrementado com o processo em curso de derrubada de Dilma Rousseff, presidente do Brasil. Ambos processos levados à frente na via institucional, são construídos como “impeachments” por possíveis crimes cometidos pelos chefes do executivo.

da coordenação que faz com Arábia Saudita, Kuwait, Iraque e Emirados Árabes para aumentar a oferta do produto durante o período de crise da economia mundial, em confrontação com o controle da oferta por parte dos demais países. Soma-se a isto a política norte-americana de substituição do petróleo pelo gás de xisto. Tudo isso afeta drasticamente aos governos que fizeram da nacionalização dos recursos estratégicos, principalmente de hidrocarbonetos e seus derivados, um fator importante para a elevação de suas balanças comerciais e divisas. Esta geopolítica do imperialismo coordenada pelos Estados Unidos atinge fortemente a Venezuela, cujas as exportações estão quase em 100% ligadas a derivados de petróleo. Por outro lado, a esquerda latino-americana não conseguiu avançar suficientemente em sua agenda de políticas públicas. No plano da integração regional os avanços embora significativos foram muito limitados para reduzir a vulnerabilidade estratégica dos países da região às iniciativas desestabilizadoras dos Estados Unidos. Criaram-se organismos regionais e se desenharam intenções de políticas de integração, mas elas não foram significativamente efetivadas. O caso da arquitetura financeira que a UNASUL pretendeu criar é emblemático. Até hoje, o Banco do Sul não está funcionando. O Brasil não ratificou no Parlamento sua participação no banco e na medida em que não se desenvolvem esses mecanismos de integração, fica muito difícil para os governos de esquerda e centro-esquerda reorientarem a inserção produtiva internacional dos nossos países. A reprimarização de nossa pauta exportadora, a partir de 2000, nos coloca numa situação de extrema vulnerabilidade às políticas de contraofensiva do imperialismo.

A política de estabilização da direita se estabelece a partir da combinação entre fatores econômicos e políticos: a desestabilização econômica cria o espaço para a ofensiva política. Dificilmente se consegue a desestabilização política sem que antes a desestabilização econômica crie o contexto propício para isso. Tanto é assim que durante muitos anos, no período do boom das commodities, no qual os governos latino-americanos tiveram reservas significativas em suas mãos e puderam realizar políticas sociais sem maiores problemas, tentou-se conspirar e muito pouco se conseguiu: o que se conseguiu foi derrubar o Manuel Zelaya em Honduras, no ano de 2009, depois que eclode a crise internacional de 2008; e Fernando Lugo, no Paraguai, em 2012, no contexto de queda dos preços das commodities. O caso do Paraguai é muito emblemático. Lá a organização da esquerda é muito precária e a eleição do presidente Lugo se deu a partir de uma série de contingências, como a divisão do Partido Colorado provocada pela dissidência política criada pelo General Oviedo e o apoio que recebeu do Partido Liberal em 2008.

Em 2015 e 2016 se consegue uma ofensiva política conservadora muito forte na região da América Latina tendo por base a desestabilização econômica, a partir da incapacidade fracasso da esquerda em estabelecer uma agenda mais profunda na integração regional. Nisto o papel brasileiro é

fundamental. Se olharmos as reservas monetárias na América do Sul, nós temos mais de 70% do número total. O perfil de baixa intensidade que o governo Dilma estabeleceu para integração regional impediu que se constituíssem mecanismos regionais de proteção financeira às crises e que avançássemos na reestruturação produtiva reduzindo a reprimarização das exportações para fazermos frente à ofensiva das políticas imperialistas.

Há outra causa das crises das esquerdas que não somente a queda do preço de pagamento das commodities. É o caso brasileiro que, mesmo com reservas colossais, adotou uma política pró-cíclica que elevou as taxas de juros e foi um dos fatores para criar uma depressão econômica desnecessária. O Brasil é afetado pela crise das commodities, mas não do ponto de vista do seu balanço de pagamentos, não há crise. Você pode dizer que existe há crise pelas seguintes razões que levam à queda das taxas de lucro do setor produtivo: a redução da rentabilidade do setor exportador, a elevação dos salários pressionando custos em contexto estrutural de superexploração do trabalho, a valorização do câmbio e o aumento da taxa de juros. Neste contexto, onde não há força política para enfrentar todas as frações do grande capital, a posição do governo deveria ser a de enfrentar o setor financeiro, mantendo alta popularidade para impor aos setores produtivos do capital um pacto em torno de uma política de crescimento, de expansão dos gastos públicos e do consumo popular, reduzindo o rentismo ao qual estão ligados por seus investimentos na dívida pública e em aplicações financeiras.

É um erro atribuir a rubrica neodesenvolvimentista aos governos petistas, porque a política do governo sempre foi de privilegiar o setor financeiro, com as taxas de juros reais superiores à taxa de crescimento econômico, e iniciativas pontuais de promoção de setores produtivos específicos, muitos vinculados ao agronegócio, como o setor agroindustrial.

O PT realizou uma política centrista beneficiando-se de uma conjuntura econômica mundial mais favorável que abriu espaço para isso. Ganharam o setor financeiro, os segmentos mais pobres que elevam o seu nível de renda e passam a ter algum “empoderamento” cultural e político com um conjunto de políticas sociais e o setor produtivo, apoiado pelo crescimento econômico e por políticas pontuais do BNDES. Porém, em uma conjuntura de crise não dá para atender a todos os seguimentos e deve-se arbitrar perdas. A escolha pela aliança preferencial com o setor financeiro levou à redução dos gastos sociais, à imposição de custos desnecessários ao setor produtivo, e a perda de popularidade que abriu o espaço para o ataque unificado do grande capital que nunca fez uma aliança mais profunda com o governo, em função de sua vinculação com setores populares e de limites ao investimento privado e estrangeiro através da imposição do regime de partilha do Pre-sal.

Assim, a crise da esquerda na América Latina tem todas essas injunções. Há países, como a Venezuela, por exemplo, que se tornam muito vulneráveis às políticas de desestabilização norte-

americana, mas há países que tem muito mais autonomia para reagir como o Brasil. O Brasil é um país que tem uma capacidade interna de reação muito grande, mas a neutralizou por defeitos de enfoque do governo Dilma e da cúpula do PT. Esse grupo acreditou que a única forma de evitar a desestabilização é se aproximando ao máximo do que os setores mais radicais do grande capital e da direita quer, não percebendo que o que ela quer, de fato, é que esse grupo não esteja mais lá. O único fato que faz com que a direita aceite a conciliação com essa esquerda gerente do capitalismo dependente, é o alto nível de popularidade dessa esquerda. Quando abre sazonalmente mão de políticas populares para se atender à direita, o governo perde justamente aquilo que o faz ter autonomia e força diante desses grupos que nunca se comprometeram mais profundamente com a democracia na América Latina.

Gabriel Mello: Nesse sentido, o senhor acha que ainda hoje, no século XXI, a esquerda brasileira foca pouco na América Latina?

Cairo Barbosa: Pegando o gancho, a chamada oposição de esquerda, no Brasil, faz duras críticas, ou às vezes até ignora, os governos latino-americanos. Qual sua visão sobre isso?

Carlos Eduardo: É uma esquerda muito liberal e ligada a essa hegemonia atlantista norte-americana ou europeia. Então, o que se estuda nas universidades é, em geral, essa literatura. Lê-se muito mais Foucault do que Ruy Mauro Marini; se estuda muito mais os autores norte-americanos do que os autores “cepalinos”, como Raul Prebisch, por exemplo, ou mesmo Mariátegui, Enrique Dussel. Há um desconhecimento muito grande do pensamento latino-americano, e isso faz parte do programa das universidades brasileiras. Assim, torna-se um problema que tem vários níveis: um deles é teórico, porque esse paradigma não é suficientemente estudado, e às vezes é lido de forma muito rígida e sacralizada e não como um pensamento que deve ser desenvolvido à luz do processo histórico. Há um despreparo muito grande por parte da esquerda na América Latina, seja porque ignora esse pensamento, seja porque às vezes o sacralizada, e não o toma um instrumento de análise precioso que ser dinamizado e resignificado.

Cairo Barbosa: Eu queria entrar agora nessa discussão mais do campo teórico e até epistemológico. Acho que o senhor fez uma conexão importante dessa discussão da economia internacional e da geopolítica. Em outras palavras, queríamos ouvir mais sobre seu objeto de estudos, qual seja, a própria teoria da dependência como uma ferramenta para entender a lógica do sistema mundo e o nosso papel enquanto periferia do capitalismo.

Carlos Eduardo: A questão da dependência tem vários níveis, como a divisão internacional do trabalho e a especialização produtiva dos diversos países. Nesse sentido, não há nenhuma nação que tenha se tornado protagonista, no âmbito do sistema mundial, que tenha se especializado na inserção primária exportadora pelo menos desde o século XIX para cá. Todo o esforço dos países atlantistas é pela especialização industrial e em serviços de alta tecnologia e mesmo a China agora também caminha exatamente nessa direção da industrialização para políticas pós-industriais, voltando-se para a alta tecnologia etc. Claro que há um elemento muito importante que é o de que quanto mais se desenvolve a complexidade produtiva da economia mundial maior é a necessidade de consumo dos países centrais em recursos estratégicos que estão fora do seu território. E por isso o imperialismo torna-se cada vez mais vulnerável e reativo às políticas nacionalistas na periferia. Esse é um instrumento que vários governos de esquerda latino-americanos perceberam e que buscaram usar a seu favor, isto é, nacionalizar os recursos estratégicos e estabelecer uma política de controle da oferta desses produtos. Todavia, esse não pode ser o teto da nossa política de soberania. Esta deve ser uma política inicial com vistas ao desenvolvimento de outras etapas de nossa inserção produtiva.

A política de controle de recursos estratégicos é importante para gerar divisas e uma respecialização produtiva dos países latino americanos. Uma reespecialização, inclusive, que não tenha que seguir necessariamente o padrão de industrialização dos países centrais, mas que se aproprie de nossos recursos naturais transformando-os em recursos de alto valor agregado com forte vínculo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Para que isso aconteça, exige-se uma política de desenvolvimento significativa por parte dos nossos países. Nós temos uma base material de biodiversidade extremamente importante, que pode ser fonte de uma indústria da saúde, por exemplo. Prevê-se, pela teoria dos paradigmas tecnológicos, que a partir de 2020 a biotecnologia será a principal fonte de tecnologias da economia mundial. Então, temos que nos preparar para utilizar nossos recursos naturais do ponto de vista científico-tecnológico, fator central para nossa soberania, e buscar as parcerias internacionais para isso. O lítio, por exemplo, que é o fundamento das baterias de alto desempenho, pode ser o fundamento também da energia limpa de transportes, desde o carro movido à eletricidade até o avião. Cerca de 90% das reservas de lítio estão hoje na América Latina, no chamado triângulo do lítio, que reúne Bolívia, Argentina e Chile. Por isso, ter uma política de soberania é fundamental. E ter uma política de soberania requer pensar o tema de dependência e os sujeitos que dão suporte a esse tipo de política e por isso é fundamental colocar em cena a questão do socialismo.

Um problema chave que se tem nas universidades hoje é que com a ofensiva neoliberal grande parte do pensamento latino-americano se apartou da questão nacional e do socialismo. Nesse contexto,

surgiu um pensamento “pós-moderno” que trata a luta identitária como o horizonte do possível para os oprimidos, colocando-a como substituta e mesmo antagônica à luta de classes. A verdade é que um autor como Michel Foucault, por exemplo, colocou a luta identitária como uma luta antimarxista. Se formos ler “A microfísica do poder” afirma-se que o marxismo é uma ideologia totalitária porque está ligado a um sistema total, a uma ideologia coletiva. O foco da obra, assim, é criar um suporte à luta particular de grupos oprimidos. Nesse sentido, abre-se o espaço para a criação de um discurso neoliberal para os movimentos sociais que acentua para além do necessário os particularismos, centrando-se na competição e polarização identitária, favorecendo um ambiente de caos e de fragmentação dos trabalhadores. À frase de Marx “Trabalhadores de todo o mundo: uni-vos” se afirma “indivíduos de todo mundo competam entre si por seus laços identitários”. Se as frações da classe trabalhadora se dividem a ponto de se tornarem antagônicas em função de lutas identitárias, a situação se complica. A luta identitária é importante e necessária, mas deve ser desenvolvida no campo das classes trabalhadoras com autonomia e fraternidade. Se não há a junção (entre pautas de classes e pautas identitárias), (a segunda) acaba se tornando uma luta por ascensão dentro da ordem capitalista, dentro de um mercado de competição entre atores sociais. Na corrida presidencial norte-americana, Bernie Sanders disse que Hilary Clinton representava os interesses oligárquicos da burguesia do país, sobretudo de Wall Street. A resposta de Hilary foi a de que “não era possível para ela representar o establishment porque é mulher”, reivindicando a situação de oprimida por uma vinculação identitária.. Este tipo de “pós-modernismo nas universidades deve ser questionado. Ele se opõe a qualquer visão que resgate o nacional e o socialismo como uma perspectiva civilizatória e solidária da humanidade, em articulação com a qual devem ser tratados os temas do feminismo, da ecologia, da luta racial, da sexualidade etc. São temas que devem ser tratados não apenas como de grupos oprimidos por sua condição identitária, mas como temas de luta da grande maioria da humanidade por um novo padrão civilizatório, onde o papel destes grupos deve se destacar, ainda que não seja exclusivo.

Cairo Barbosa: Eu queria recuar um pouco no que poderia ser uma espécie de “gênese” dessa nova forma de olhar o mundo, mais vinculada às questões identitárias do que às tradicionais visões atreladas à econômica política, por exemplo. A gente consegue identificar uma virada importante no pensamento latino-americano, e no chamado “terceiro mundo” em geral, no pós-segunda guerra mundial, mas que delineou uma crítica ainda muito pautada nesses pressupostos da economia e até pautados no marxismo e na reivindicação da questão nacional. Alguns enxergam o declínio disso como um processo atrelado aos eventos dos anos 1980 e 1990, sobretudo a queda do muro e a desagregação da URSS e a chamada “falência do socialismo real”.

E existe uma leitura de que alguns desses movimentos identitários beberam dessa fonte da “crise das utopias” ou das filosofias da história. Como você enxerga esse debate hoje, no que tange à possibilidade de construção de caminhos futuros para a América Latina?

Carlos Eduardo Martins: Creio que esse seja um debate fundamental hoje. Há um risco enorme de despolitização, ao se partir do princípio que o pertencimento e o vínculo identitário legitimam qualquer conduta política e social de grupos estruturalmente oprimidos. O objetivo é impor um silêncio sobre algumas percepções particularistas que precisam ser criticadas. No campo das esquerdas, por exemplo, sempre houve o debate entre suas várias correntes, particularmente dentro do pensamento marxista, ainda que o stalinismo tenha buscado cercear muito fortemente a crítica. Mas no campo das esquerdas quando se buscou silenciar debates, o resultado a médio e longo prazo foi danoso à própria perspectiva socialista e ao marxismo. As “virtudes” que produziram “vitórias” mais imediatas tornaram-se posteriormente grandes travões e problemas.

Eu penso que a esquerda pós-moderna é um problema muito sério da mesma forma que o stalinismo foi um problema: traz virtudes que proporcionam vitórias imediatas relativamente limitadas contra estruturas opressivas, mas que podem se tornar um grande problema caso não sejam corrigidas porque não as colocam em confronto de maneira ampla. Wallerstein afirma que de alguma forma a URSS fez parte do sistema de hegemonia norte americano: de um lado, a guerra fria foi fundamental para que os EUA recuperassem a economia mundial e justificassem a descentralização de recursos para a Europa e Ásia em função de questões de segurança, uma vez que o congresso norte-americano não percebia a necessidade de recuperação econômica essas regiões para reorganizar o sistema mundial sob liderança estadunidense; de outro, a URSS comportou-se de maneira a não afetar os interesses hegemônicos dos EUA, abandonando a perspectiva internacionalista para a de preservação da revolução em um só país ou regiões em que havia se estabelecido, influenciando os movimentos revolucionários latino-americanos e da periferia para limitar suas demandas ao apoio às estruturas do capitalismo industrial nascente. A URSS não fez parte de nenhuma revolução importante na periferia: Stalin recomendou a Mao que dissolvesse o partido comunista chinês no Kuomintang, e o VI congresso do Comintern vai colocar a revolução burguesa como horizonte dos países periféricos. Por isso, o stalinismo foi muito mais uma força que atuou dentro da ordem mundial capitalista do que uma força que atuou contra ela.

O pós-modernismo faz a mesma coisa. Claro que a luta identitária é importante e traz aspectos muito significativos, mas é importante colocar que essa luta pode ser tratada de diversas formas, desde o ponto de vista liberal, conservador ou socialista e revolucionário. É da própria lógica do sistema

estender ao longo do tempo a competição e para isso a condição de sujeito aos distintos integrantes que dele participavam, desde que não isto não afete os seus interesses globais que se articula por suposto a protagonismos históricos, que podem ser resignificados, mas não anulados. Por exemplo, a política internacional do capitalismo criou o imperialismo, mas o sistema teve que aceitar a expansão e o fortalecimento dos estados nacionais, sem que isto o eliminasse. Então, ao mesmo tempo em que o sistema produz e desenvolve o imperialismo, ele também produz a autodeterminação e a autonomia, contanto que essa soberania não gere nenhuma ameaça ao domínio norte-americano. Este passa ser então o limite sistêmico de atuação da soberania. E assim é com a questão da liberdade e dos direitos individuais. A história do sistema se encaminhou no sentido de uma extensão dos sufrágios, que primeiro sai dos proprietários para sob forte pressão aos trabalhadores masculinos e qualificados; depois, atinge as mulheres; depois, aos analfabetos. O limite é o de que o sufrágio não imponha governos anti-imperialistas e anticapitalistas. Então, a concessão e legitimação de identidades fortalece a capacidade ideológica de afirmação da civilização capitalista desde que ela as mantenha sob controle, articulando-as com a reprodução ampliada da desigualdades, a partir da difusão de uma cultura baseada no espírito de competição, de indiferença, de instrumentalização e de violência para com o outro.

11

Para um indivíduo que mora na Síria, que diferença faz se ele é bombardeado, para os venezuelanos que são colocados como ameaça de segurança nacional aos EUA, que diferença faz se o presidente estadunidense que ordenou é branco ou negro? Então, precisamos politizar essas discussões, incorporando as questões identitárias às concepções socialistas. Mas isso falta nas nossas Universidades, que estão impregnadas dos valores liberais e pós-modernos, que buscam tratar essa questão identitária como um valor em si mesmo sem conexões com outras dimensões.

Mas isto é muito o resultado do esvaziamento dos projetos nacionais que obrigam os grupos a sair de seu universo corporativo e afirmarem laços de solidariedade para derrotar inimigos comuns. O ajuste dos governos petistas à ordem neoliberal, buscando introduzir nela dispositivos limitados de mobilidade social, contribuiu muito para a focalização e para o desenvolvimento de uma militância corporativa. Durante o breve momento de a repolitização da sociedade brasileira nas campanhas para eleger Dilma contra Aécio em 2014, esta fragmentação e focalização perdeu terreno em favor de uma perspectiva mais articulada. A queda da hegemonia petista e a necessidade de lutar contra o golpe e a pretensão de impor uma concepção de uma sociedade que quer nos impor os valores da República Velha, abre o espaço para impulsionar laços de solidariedade e articular a perspectiva acumulação identitária a projetos mais globais de transformação nos quais estes se insiram.

Outro ponto fundamental é que há uma versão pós-moderna identitária de latinoamericanismo que encontra sustentação em algumas versões do pensamento decolonial. Trata-se de lutar contra o domínio colonial capitalista, mas também contra o marxismo, que é visto como uma das formas de colonialidade da modernidade. Por isso, passa-se a contra a colonialidade reivindicar o particular e as lutas identitárias. Mas a questão é: qual o lugar de ancoragem do particular? Grupos e espaços subnacionais? É o estado nacional um instrumento da colonialidade? Até que ponto isto é funcional ao imperialismo? Qual o limite legítimo no plano concreto da autonomia do particular? O pensamento decolonial não tem uma resposta clara sobre isso e as diferenças entre os autores são normativas. O Departamento de Estado norte-americano enquadra diversos grupos como terroristas. Os zapatistas nunca entraram como grupos terroristas, mesmo estando fisicamente próximos aos EUA. Talvez porque seja funcional para um projeto de hegemonia norte-americano sobre o México, a divisão da esquerda mexicana e o afastamento dos zapatistas da disputa sobre política sobre o Estado nacional. A convocação que os zapatistas fazem para que a população não vote só tem fortalecido a direita mexicana no confronto com as esquerdas no México. Enquanto Mariátegui pensava o índio e a questão étnica como parte fundamental da construção do socialismo, o pensamento pós-moderno tenta levantar a pauta identitária como um fim em si mesmo. Por isso, o pensamento decolonial se por um lado, vai buscar o projeto de decoloniadade a partir do momento em que se instaura a ferida colonial, e reivindica suas raízes no século XVI e na Independência do Haiti um pioneirismo na luta contra o colonialismo, de outro, mas não insere a teoria da dependência neste campo.

12

Cairo Barbosa: É uma discussão hoje, para quem se debruça sobre os estudos latino-americanos, que no campo das esquerdas há pelo menos duas epistemologias em disputa: de um lado, esse pensamento decolonial que você levantou, que também é conhecido como pós-colonial; mas também há uma linha que segue, por outro lado, uma análise mais sólida do ponto de vista da economia e da dinâmica das classes. Nesse sentido, inclusive, vale lembrar que ano passado morreu a professora Vania Bambirra, uma das intelectuais formuladoras da corrente dependente. Ressaltando, portanto, essa questão de gênero e o papel preponderante das mulheres na América Latina, qual a contribuição de uma intelectual deste calibre para o pensamento social latino-americano.

Carlos Eduardo Martins: A Vania tem uma importância muito grande nesse debate. Ela tentou desenvolver tipologias para analisar o capitalismo dependente, buscando mostrar as diversas formas como ele se estruturava de acordo com o nível de articulação com o Imperialismo. Ela pensava a

estrutura produtiva interna, e a possibilidade de estruturação de uma burguesia local com certa autonomia na dependência, em função da maneira como esses países se articulavam dentro dos fluxos internacionais de capital e da divisão internacional do trabalho. Então ela vai analisar essas diversas estruturas da dependência na América Latina.

Ela também contribuiu muito para construção de um pensamento estratégico e tático socialista, sobretudo do leninismo, um pensamento sobre o qual ela tem uma leitura profunda. Além disso, Vania é fundamental para o debate da questão da revolução científico-técnica, que encontra as bases preliminares no pensamento do Marx, sobretudo nos *Grundrisse*, quando ele coloca que a ciência é uma força produtiva pós-capitalista, muito mais vinculada ao socialismo do que ao capitalismo. Isto teve a um desdobramento muito forte na obra de um tcheco chamado Radovan Richta, que escreveu em fim dos anos 1960n publicado por Siglo XXI sob o título de *La civilizacion en la encrucijada*, publicado pela Siglo XXI. Então, a Vania recolhe este debate e o utiliza em seus estudos sobre a transição ao socialismo onde ela faz uma análise sofisticada do conceito de revolução-científico técnica. Há também o estudo de Vânia sobre o programa dos partidos políticos brasileiros da Nova República e sobre os movimentos sociais nas favelas. Por tudo isso ela é importantíssima. Parte de suas obras foram republicadas no Brasil.

Vania inseria o campo do feminismo dentro da luta da luta de classes e afirmava que só se realizaria plenamente como parte fundamental da construção de uma nova civilização socialista e comunista.

Gostaria também de destacar a contribuição de Milton Santos, intelectual negro, autor fundamental para o pensamento latino-americano pensar a questão civilizatória, traz uma contribuição essencial para pensarmos a questão da escassez como parte de uma civilização democrática. Ele coloca, de certa forma, que a civilização burguesa quis eliminar o problema da escassez transferindo para o outro. A escassez, assim, é deslocada para os trabalhadores e para a periferia. Essa civilização buscou o consumo irrefreável, ilimitado, colocando em cheque a democracia e a própria vida, pois se o outro necessita ser incluído pelo trabalho, necessita ser transformado em objeto para garantir o consumo e o poder ilimitado de alguns. Tal procedimento entra em choque com as bases fundamentais da vida humana e com os limites ecológicos do planeta. Ele mostra, então, que nossos países tem uma missão fundamental na construção de uma civilização mundial e democrática. E para isso ele relaciona a escassez ao plano da sabedoria. Há na escassez uma dimensão objetiva e inerente à existência do outro que marca os limites de apropriação de cada um. Reconhecê-la é parte da sabedoria e um dos fundamentos da fraternidade e de uma civilização democrática, porque nunca se poderá aboli-la completamente. Nossos países e nossos povos latino-americanos, produtos de síntese demográficas

amplas, resultado de fluxos migratórios e violentos deslocamentos populacionais, trazem na sua história a marca da escassez e a cultura da sabedoria, bem como a vocação para projetá-la mundialmente ao retirá-la de seus limites de classe, projetando uma civilização baseada na pluralidade e na fraternidade. Uma civilização que rejeita a escassez como parte da vida não pode nunca ser democrática. O pensamento freudiano coloca, por exemplo, que o Eu se divide em três dimensões: o Superego, o Id e o Ego. O Id é esse impulso pela satisfação imediata que não reconhece os limites do mundo; o Superego, impõe o limite externo do mundo como princípio de realidade; e o Ego faz a mediação entre estas duas dimensões. A civilização capitalista, em certa medida, cria uma dualidade: de um lado ela amplia para muito além do necessário a escassez e a falta que impõe ao Sul e aos trabalhadores; de outro, ela quer uma burguesia que faça da busca do socialmente irrelevante o elemento determinante da organização da vida. O conceito latino-americano de Bom Viver mostra exatamente isso: ele não depende da acumulação ilimitada e da riqueza material; ele depende do necessário para uma vida digna, mas ele principalmente de uma relação de harmonia do indivíduo com a natureza e com a sua comunidade. Ou seja, esse Bom Viver depende de uma inserção do indivíduo no sistema ecológico no qual ele está imerso: ele não pode ser um depredador ou destruidor desse sistema e ele não pode realizar o seu impulso de satisfação em detrimento da dignidade da sua comunidade. O capitalismo cria um Mal Viver, fundado na solidão e no fetichismo da mercadoria para saciá-la, cujo fracasso, que se segue ao êxito efêmero, leva ao impulso pelo consumo ilimitado. É preciso haver mal-estar para que o indivíduo compre um novo produtor que lhe traga a falsa sensação de felicidade. Mas aquele produto se esgota. E qual a solução para o novo mal-estar? Comprar outro produtor e assim sucessivamente.

14

Então, o que o pensamento latino-americano coloca hoje como fundamental é essa dimensão civilizatória do Bom Viver, que Milton Santos, como negro, já trazia. Ele não fez um estudo aprofundado e sistemática a questão do negro, mas trouxe exatamente, como negro que é, uma sensibilidade que serve à grande parte da humanidade que procura formas seguras e estáveis de viver de forma fraterna com o meio ambiente e com seus semelhantes.

Cairo Barbosa: Para encaminharmos para o encerramento da entrevista. Existem dois grandes problemas relativos ao estudo de América Latina que gostaríamos de perguntar ao senhor. O primeiro: quais seriam as perspectivas de conhecimento e estudo acerca da América Latina daqui para frente? Depois, gostaríamos de ouvi-lo sobre o futuro da América Latina, sobretudo no que tange à econômica e à política.

Gostaria de entender esses dois assuntos a partir da própria ideia que você levantou de fetiche, ou seja, o desejo constante que a Universidade brasileira tem de “consumir” autores europeus e norte-americanos. Como você enxerga, também, essa questão acadêmica. Qual a validade do Pensamento Social Latino-Americano? Por fim, qual a recepção dos alunos quando se trata de debater o pensamento latino-americano?

Carlos Eduardo: Acho que nós avançamos muito dos anos de 1990 para cá, principalmente a partir de algumas instituições que passaram a ter um papel fundamental para o estudo de América Latina, como o CLACSO – Conselho Latino Americano de Ciências Sociais. Infelizmente, nesse caso os maiores financiamentos vêm dos governos da Noruega e Dinamarca, mesmo nesse período de bonança financeira (de 2000 a 2010, mais ou menos) dos governos latino-americanos. Talvez eles não tenham percebido a importância que o CLACSO possui ao organizar GTs, seminários e congressos que contribuem para o intercâmbio entre diversos pesquisadores da América Latina. Há também a publicação de materiais e livros por parte de CLACSO, a maioria disponibilizados na internet, o que facilita a troca de conhecimento. Agora mesmo o CLACSO está organizando uma antologia do pensamento latino-americano de cada país da América Latina e Caribe, o que abre um espaço de conhecimento bastante significativo. Isto vai servir como complemento a uma coleção anterior que reuniu a antologia do pensamento de “estudiosos-chave” da América Latina, tais como Ruy Mauro Marini, Orlando Fals Borda, dentre outros. A VII Conferência Latino-americana e Caribenha de Ciências Sociais em Medellín, em 2015 contou com a participação de 30 mil inscritos

Há outras organizações como a ALAS (Associação Latino Americana de Sociologia) e SEPLA tem funcionado apesar da escassez de recursos. No Brasil, temos a SEP (Sociedade de Economia Política), a ANPOCS (Associação de Pós-Graduandos de Ciências Sociais), na qual conseguimos abrir um GT de Pensamento Social, o primeiro em 35 anos. Assim, não vejo resistência, mas uma crescente receptividade dos alunos para assimilarem e participarem destes estudos. Os problemas se dão com uma mídia conservadora que isola este enfoque das grandes massas brasileiras, o que se acentua em face a inexistência de uma política para sequer matizar este monopólio, e com a presença de um enfoque liberal e conservador nos comitês julgadores de agências de fomento e comitês de área, o que restringe recursos. Há também o problema da própria esquerda. Nem tudo está ligado a uma “resistência conservadora” aos estudos latino-americanos. É preciso que a esquerda trabalhe mais coletivamente e se deixe encantar menos por disputas de poder e vaidades pessoais. É preciso criar mais espaços coletivos de produção, mestrados e doutorados. Muitas vezes não conseguimos criar programas com uma perspectiva do Sul e nem sempre é culpa das burocracias institucionais. É

necessária maior união na esquerda, até para pressionar as resistências institucionais que existirem. A projeção do bolivarianismo e da integração latino-americana no Brasil por conta dos processos políticos da América Latina, também contribuiu para impulsionar interesses sobre a temática entre os estudantes.

Cairo Barbosa e Gabriel Mello: Para finalizar, gostaríamos de pergunta o que essa conjuntura atual da América Latina, com a crise e avanço das direitas, pode indicar para nós? Por fim, qual o papel do pensamento social latino americano para o entendimento desse processo?

Carlos Eduardo: Creio que a situação é difícil. Uma crise em que a esquerda está como alvo, mas que é típica dos países capitalistas dependentes. A crise vai para além das esquerdas e se vincula à preservação de estruturas da dependência e a forma que assume internacionalmente. A direita que busca assumir o poder é representada por grupos políticos incapazes de solucioná-la. A resposta é a construção de uma política de desigualdade em tempos de crise, que só vai contribuir para uma explosão social ainda maior. Por exemplo, o que a direita venezuelana tem como solução real para os problemas do país? Não é uma política de crescimento econômico, certamente. Ou que Macri tem a oferecer ao povo argentino?

Aqui no Brasil poderia ser diferente, Há certo espaço para uma política de crescimento econômico, mas o compromisso crescente da direita brasileira com o capital financeiro e o rentismo limita muito as suas iniciativas desenvolvimentistas. A indústria de transformação que em 1985 representava 21% do PIB, chegou a representar cerca de 10% do mesmo em 2015.

As perspectivas são difíceis. Em primeiro lugar, o que a esquerda deve fazer é eleger os inimigos a serem combatidos, articulando-os à consciência possível das massas. O espaço para o centrismo cada vez mais vem se reduzindo na América Latina. Esse é um tema que a esquerda precisa enfrentar. Se a esquerda não sair desta posição de centro e atacar determinados setores do capital, criando uma política de desenvolvimento social, a direita tende a radicalizar suas pautas, chegando a um teor mais fascizante, no qual inicia uma busca constante do apoio de massas para retirar a esquerda do poder. É necessário mirar em uma política de acumulação de forças a curto/longo prazo. A segunda questão é aumentar o nível de controle democrático dentro do Estado. É necessário criar formas mais diretas de democracia, como na Venezuela, Bolívia e de certa forma no Equador. No caso do Brasil, é preciso desenvolver uma cultura minimamente latino-americana. É inaceitável que a TeleSur não figure nos canais brasileiros. Mas nunca se desafiou o monopólio midiático no Brasil. Para que haja organização de massa nas esquerdas são necessários instrumentos de comunicação de massa.

Creio que o Brasil precisa abandonar um paradigma que se criou desde 1980. Se observarmos bem, o PT mantém esse paradigma, que nos remete ao general Golbery do Couto e Silva, que criou a premissa de que a transição democrática deveria ser “lenta, gradual e segura”. Essa transição implicou diretamente no primeiro governo do PMDB com o moderado Tancredo Neves, que acabou não assumindo, ao passo que chega ao poder o trãnsfuga José Sarney, do PDS, oriundo da ARENA. Depois, passamos pelo governo conturbado de Collor, com o impeachment que levou, de novo, o PMDB à presidência da República, através da figura do Itamar Franco. Posteriormente, o PSDB, que abdicou de ser uma ala crítica do PMDB e aderiu ao programa da classe dominante brasileira: entrar na globalização capitalista mundial pela via neoliberal. Depois vem o PT, que dá prosseguimento à política de acordo com a classe dominante brasileira, com inclusão limitada de políticas sociais para os setores de extrema pobreza.

É a ideia de caminhar em direção às mudanças democráticas, sem ruptura com a ordem. A experiência, contudo, mostra que cautela e moderação não são garantias de sucesso a nenhum regime democrático. O que estamos vendo é o aproveitamento dos limites que a própria moderação estabelece para dar golpes contra a vontade popular. O que se tem que fazer é reinventar o paradigma da esquerda no Brasil, colhendo dos movimentos dos anos 1950 e 1960 questões fundamentais, como a defesa da soberania nacional, o debate da dependência, levando assim o processo democrático para além da democracia liberal, criando uma democracia popular de fato. Se não for isso, dificilmente teremos respostas para essa crise.